



São José da Serra - RJ

História:

O Quilombo São José da Serra constitui-se como uma das comunidades quilombolas mais antigas do estado do Rio de Janeiro. Sua formação está diretamente ligada ao processo de expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba, durante o século XIX, e à presença de africanos escravizados trazidos compulsoriamente ao Brasil pelo tráfico atlântico, sobretudo das regiões de Angola, Congo e Moçambique.

A comunidade é formada majoritariamente por descendentes dos casais Tertuliano e Miquelina e Pedro Cabinda e Militana, africanos escravizados que viveram e trabalharam na antiga Fazenda São José da Serra, propriedade do português José Gonçalves Roxo. Na segunda metade do século XIX, esses casais constituíram suas famílias nas terras da fazenda, onde nasceram seus filhos, estabelecendo vínculos duradouros com o território. Após a morte do fazendeiro, em 1877, e durante o longo processo de inventário de seus bens, essas famílias permaneceram na área.

Nesse período, a Fazenda São José da Serra tornou-se refúgio para pessoas escravizadas que fugiam de propriedades vizinhas, acolhidas pelas famílias que ali já viviam. É dessa experiência coletiva de fuga, acolhimento e permanência que se consolida a origem histórica do quilombo. A memória oral dos moradores sempre identificou o território como “quilombo”, associado tanto à resistência ao cativeiro quanto à vida comunitária baseada na solidariedade e na ancestralidade comum.

Após a abolição da escravidão, em 1888, as famílias permaneceram no território. Em 1895, porém, as terras foram vendidas ao médico e político republicano Fernando Antônio Ferraz, proprietário de diversas fazendas na região. Embora os moradores não tenham sido expulsos, passaram a viver como agregados, condição que limitava sua autonomia, mas não rompeu seus laços com a terra nem suas práticas culturais. Ao longo do início do século XX, a comunidade manteve suas roças, sua organização familiar e suas tradições, apesar das restrições impostas pelos proprietários.

A partir das décadas de 1920 e 1930, com a transferência da administração da fazenda para herdeiros, as condições de vida tornaram-se mais duras. A comunidade negra rural passou a sofrer ameaças, proibições e maus-tratos, incluindo restrições ao uso da terra, à criação de animais e à produção agrícola. Mesmo diante dessas adversidades, a comunidade resistiu, mantendo sua coesão social, sua espiritualidade e suas manifestações culturais, especialmente o jongo e o caxambu, que se consolidaram como elementos centrais de identidade e memória coletiva.

O jongo, inicialmente praticado em espaços de mata e associado a estratégias de comunicação e organização das fugas, acabou sendo apropriado pelos fazendeiros do Vale do Paraíba como

forma de entretenimento, sem que isso alterasse a exploração dos trabalhadores negros. Ainda assim, a comunidade preservou o significado ancestral da prática, transmitindo-a de geração em geração. Em 2005, o jongo foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, reafirmando sua importância histórica e cultural (*indicar decreto de reconhecimento*).

Outro elemento fundamental da história de São José da Serra é o sincretismo religioso, marcado pela convivência entre o catolicismo popular e a umbanda. A comunidade abriga terreiros reconhecidos regionalmente e mantém forte devoção a São José e São Benedito. Um dos espaços sagrados mais importantes do território é a pedreira onde se encontra um centenário jequitibá, considerado um local de proteção espiritual. Segundo os moradores, o local teria servido, em tempos distintos, como abrigo para indígenas e, posteriormente, para os antepassados quilombolas em fuga, funcionando como símbolo de ancestralidade e resistência.

Ao longo da segunda metade do século XX, novas vendas das terras e mudanças de proprietários intensificaram os conflitos fundiários, restringindo ainda mais o uso tradicional do território e ameaçando a permanência da comunidade. Em resposta, os moradores se organizaram politicamente, criando, no ano 2000, a Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo da Fazenda São José da Serra, marco fundamental na luta por reconhecimento e direitos territoriais.

Após anos de mobilização, o território foi oficialmente reconhecido pelo Estado brasileiro. Em 2009, o Incra declarou a área de 476 hectares como território quilombola e, em novembro de 2015, as famílias receberam os Certificados de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), assegurando juridicamente sua permanência na terra. Essa conquista representou uma virada histórica, permitindo o fortalecimento da agricultura, do turismo comunitário, do artesanato e das iniciativas culturais da comunidade.

Atualmente, o Quilombo São José da Serra é referência nacional em cultura, memória e resistência quilombola. A Festa do Jongo, realizada anualmente em torno do 13 de maio, reúne milhares de visitantes e reafirma a centralidade do jongo como expressão viva da história da escravidão, da luta pela liberdade e da continuidade da vida comunitária. Ao contar sua própria história, o quilombo reafirma o direito à terra, à memória e à existência, projetando seu passado de resistência no presente e no futuro.

Município / Localização: Valença

Número de famílias: 31

Estágio no processo e regularização territorial: Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 13 de dezembro de 2006 - Processo: 01420.000100/1999-99 - Incra - Processo: 54180.001592/2005-58 - Decreto de Desapropriação DOU: 23/11/2009 - Concessão de Direito Real de Uso: 17/11/2015. Titulação: 28/03/2026

Referência:

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe Maria. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *Iberoamericana*, Frankfurt am Main, v. 11, n. 42, p. 145-160, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo São José da Serra. Brasília, DF, 13 dez. 2006.

MATTOS, Hebe Maria. Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento Fernandes e o quilombo São José. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 167-189, 2006.

OBSERVATÓRIO DO PATRIMÔNIO NORTE FLUMINENSE. Quilombo São Benedito. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2025. Disponível em: <https://observatoriopatrimoniouenf.br/patrimonio/quilombo-sao-benedito/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA. Perfil oficial no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombosjose/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. Quilombo São José da Serra. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de Quilombos).

Redação: YABETA, Daniela. Quilombo São José da Serra (RJ). IN: Atlas do Observatório Quilombola. Observatório Quilombola. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 06 de janeiro de 2026.

Pesquisa(s): Caio Lima; Daniela Yabeta; Maria Eduarda Goulart

Mais informações: Daniela Yabeta é professora de História do Brasil no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Erechim) - Coordenadora do Observatório de História da Fronteira Sul (OHF-Sul).

Url: <https://koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/sao-jose-da-serra/1146>

Verbete atualizado em 26/03/2026

